

Eleições 2025: Resiliência democrática na América Latina e Caribe

Alexandre Andreatta¹

1. Introdução

Após a intensa maratona eleitoral de 2024, que mobilizou mais de 2 bilhões de eleitores em processos nacionais e subnacionais ao redor do mundo — incluindo 8 dos 10 países mais populosos do planeta: Bangladesh, Brasil, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Rússia e Estados Unidos —, a América Latina, em 2025, dividirá com o Caribe um calendário eleitoral intenso, com 14 países realizando processos eleitorais.

Por ordem alfabética, os países com eleições previstas são: Argentina, Belize, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Haverá tanto eleições nacionais quanto subnacionais, com características que variam amplamente entre os países.



Figura 1 – Mapa eleitoral 2025 da América Latina e Caribe.

Em um contexto global no qual indicadores anuais de democracia frequentemente apontam para retrocessos, os relatórios de 2024 elaborados por instituições que analisam o tema apresentam perspectivas diversas e contrastantes sobre esse fenômeno. Enquanto algumas regiões do mundo enfrentam um claro declínio democrático, marcado por processos de autocratização, em outras é possível identificar sinais de resiliência,

¹ Diretor Executivo do Observatório da Democracia no Parlamento do Mercosul (ODPM); bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Latino-Americana (UNILA); mestre em Ciência Política pela mesma universidade e bacharel em Direito pelo Instituto de Direito Público do DF (IDP).

evidenciando que a dinâmica democrática não é homogênea e varia conforme os contextos regionais e locais.

O V-Dem (Varieties of Democracy) [2], por exemplo, aponta que o nível de democracia percebido pelo cidadão comum retrocedeu aos patamares de 1985, enquanto a média global de democracia por país regrediu aos níveis de 1998. Ademais, desde 2009, a proporção da população mundial vivendo em regimes em processo de autocratização superou a daqueles que residem em países em democratização. Esses retrocessos têm se concentrado em regiões como a Europa Oriental e a Ásia do Sul e Central, destacando dinâmicas regionais que intensificam o declínio democrático. De forma semelhante, o relatório Freedom in the World [3] (Freedom House) aponta que, em 2024, direitos políticos e liberdades civis foram reduzidos em 52 países, enquanto apenas 21 registraram avanços. Eleições marcadas por manipulação e violência, bem como conflitos armados, contribuíram para o enfraquecimento de direitos fundamentais e agravaram crises humanitárias.

Em contraponto, o Latinobarômetro, que analisa a situação de 18 países da América Latina, caracteriza o ano de 2024 como um período de resiliência democrática na região, oferecendo uma perspectiva mais otimista. Segundo o seu último relatório [4], “o ano de 2024 mostra que até mesmo os aspectos negativos de uma década podem ser revertidos”. Essa análise está diretamente relacionada a um recorde de expectativas positivas da população sobre o futuro, apesar das dificuldades enfrentadas pelos países. Curiosamente, o relatório observa uma contradição: enquanto as pessoas acreditam em uma melhora pessoal no futuro, elas mantêm uma visão mais pessimista em relação ao futuro de seus países, o que reflete a complexidade do contexto regional.

O estudo sugere que o processo de deterioração democrática observado desde 2010 pode ter sido interrompido e apresenta indícios de reversão. O apoio à democracia na região aumentou em quatro pontos percentuais, alcançando 52%, um dado expressivo no panorama recente. Apesar disso, o relatório ressalta que a América Latina ainda enfrenta desafios estruturais profundos, acumulados ao longo de quatro décadas desde o início de sua transição democrática, como desigualdade social, corrupção e fragilidade institucional, que continuam a limitar o potencial de avanços mais consistentes.

Embora a América Latina e o Caribe se destaquem como uma exceção positiva no cenário global de declínio democrático, a região ainda enfrenta desafios estruturais significativos. Altos índices de pobreza, desigualdade social e a persistente informalidade econômica — que afeta metade da população economicamente ativa — limitam o potencial de crescimento inclusivo e sustentável. Esses fatores perpetuam a desconfiança nas instituições democráticas e ampliam as tensões sociais, dificultando a consolidação de democracias mais robustas.

De acordo com o relatório "Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2024 [5] ", divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o

Caribe (Cepal) em dezembro de 2024, a baixa criação de empregos, a elevada informalidade e as desigualdades de gênero nos mercados de trabalho permanecem como problemas estruturais que impedem o avanço socioeconômico. Esses fatores não apenas comprometem a estabilidade econômica, mas também fragilizam as bases democráticas da região, alimentando a insatisfação popular e reduzindo a confiança nas instituições.

Conforme o documento, as economias da região permanecem aprisionadas em uma armadilha de baixo crescimento, caracterizada por taxas reduzidas de expansão econômica e uma dinâmica predominantemente sustentada pelo consumo privado, com menor ênfase no investimento produtivo. Esse modelo econômico compromete a capacidade dos países de alcançar uma trajetória sustentável e de longo prazo, agravando os problemas estruturais já existentes.

A América Latina e o Caribe enfrentam, em 2025, um cenário econômico desafiador, caracterizado pelo que a Cepal define como uma "armadilha de baixa capacidade de crescimento". As taxas de crescimento projetadas para 2025, de 2,4%, ainda que superiores à média da década de 2015 a 2024 (1,0%), permanecem insuficientes para reduzir as disparidades econômicas em relação aos países desenvolvidos.

Apesar da desaceleração da inflação nos últimos anos — que passou de 8,2% em 2022 para 3,4% em 2024 —, o risco de novas desvalorizações cambiais em 2025 persiste. Caso as moedas da região voltem a se desvalorizar frente ao dólar, como ocorreu em 2024, o aumento nos preços de produtos importados poderá pressionar novamente a inflação, reduzindo ainda mais o poder de compra das populações mais vulneráveis.

Aliada à complexidade econômica enfrentada pela América Latina e pelo Caribe — marcada por inflação elevada, instabilidade cambial e altos níveis de endividamento —, a região enfrenta desafios estruturais ainda mais profundos. A violência generalizada, a fragmentação política e a crescente desconfiança nas instituições públicas evidenciam a precariedade do cenário atual [6]. Apesar dessas adversidades, as instituições democráticas têm demonstrado resiliência ao assegurar a realização de eleições regulares.

No entanto, essa resiliência, embora notável, não pode ser analisada de forma isolada ou apenas sob a perspectiva procedimental. A manutenção da democracia em 2025 exigirá mais do que a capacidade de sustentar processos eleitorais. Diante de um cenário tão desafiador, a pergunta que se coloca é: será essa resiliência suficiente para se manter diante de crises tão profundas e multifacetadas?

Este texto apresenta uma análise descritiva do panorama eleitoral de 2025. Ao abordar os pleitos previstos, evidencia-se como a continuidade dos processos eleitorais em meio a cenários adversos reflete a resiliência das instituições democráticas, mas também expõe suas fragilidades. Compreender essas dinâmicas é essencial para avaliar as implicações desses processos, tanto para a estabilidade regional quanto para seu

impacto no cenário global, especialmente em um contexto de crescentes demandas por reformas estruturais e fortalecimento institucional.

3. Um calendário intenso

3.1. Equador: Uma democracia sob pressão

A primeira eleição de caráter nacional na região, em 2025, será realizada no Equador, com pleitos presidencial e legislativo programados para o dia 9 de fevereiro. O processo ocorre em um ambiente de instabilidade política que persiste desde as eleições extraordinárias de agosto de 2023, convocadas após a "morte cruzada" decretada pelo ex-presidente Guillermo Lasso. Esse dispositivo constitucional permite a dissolução simultânea do Legislativo e do Executivo e foi utilizado por Lasso em meio a dificuldades de governabilidade e falta de apoio parlamentar, já que sua coalizão, CREO-SUMO, ocupava apenas a sexta posição em força política na Assembleia Nacional. Eleito em 2021 no segundo turno, após ficar em segundo lugar no primeiro, Lasso teve sua posição fragilizada por denúncias de corrupção, culminando no uso do mecanismo para evitar a abertura de um processo de impeachment.

Como resultado, Daniel Noboa, considerado um *outsider*, foi eleito em um pleito disputado por outros sete candidatos, em um cenário de fragmentação política. Noboa assumiu a presidência em um mandato tampão, em um contexto marcado por uma das maiores taxas de violência do mundo. Segundo o *Relatório Mundial 2024* da Human Rights Watch [7], a taxa de homicídios no Equador aumentou de 13,7 por 100.000 habitantes em 2021 para 25,9 em 2022, e, em 2023, subiu para aproximadamente 43 homicídios por 100.000 habitantes, colocando o país entre os mais violentos da América Latina e Caribe. Agora, Noboa busca a reeleição em um cenário político ainda mais complexo e fragmentado do que o observado nas eleições extraordinárias de 2023. Além disso, desde sua vitória em 2023, sua relação com a vice-presidente, Victoria Abad, deteriorou-se significativamente. Nomeada embaixadora em Israel no início do mandato, Abad denunciou pressões para renunciar e alegou assédio político, gerando divergências públicas entre ambos, que impactam o panorama eleitoral. Noboa enfrenta a concorrência de outros 15 candidatos à presidência.

Além da eleição presidencial, os eleitores equatorianos definirão a composição da nova Assembleia Nacional, que passará de 137 para 151 membros [8], distribuídos entre 15 representantes nacionais, 130 provinciais e 6 eleitos pelo exterior. Também serão eleitos cinco representantes para o Parlamento Andino, órgão de integração regional que inclui Colômbia, Peru, Bolívia e Chile.

O episódio da "morte cruzada" evidenciou as dificuldades de governabilidade no Equador e aprofundou a desconfiança nas instituições democráticas. Essa desconfiança decorre, em parte, da eleição de um presidente para um mandato tampão, incapaz de apresentar soluções rápidas e efetivas para questões complexas, como o aumento da

insegurança pública, o fortalecimento do crime organizado e a escalada da violência. Apesar das promessas de estabilizar o país, a violência associada ao narcotráfico e o aumento da criminalidade urbana, especialmente em cidades como Guayaquil, continuam a agravar os desafios sociais e políticos. A incapacidade do Estado de responder efetivamente a essas questões reforça a percepção de ineficácia institucional e fragilidade democrática.

O novo governo, que assumirá em maio de 2025, enfrentará um cenário político e econômico marcado por fragmentação partidária, polarização e crises estruturais. Entre as prioridades estão a segurança pública, agravada pela presença de organizações criminosas transnacionais [9], e a crise energética, refletida em apagões frequentes que têm afetado serviços básicos e a produtividade econômica [10]. No campo diplomático, o governo precisará enfrentar as consequências da invasão da embaixada do México [11], no último ano, ordenada para capturar o ex-presidente Jorge Glas, em uma ação que violou tratados internacionais e agravou as tensões diplomáticas.

De acordo com o calendário eleitoral do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o primeiro turno ocorrerá em 9 de fevereiro de 2025. Caso nenhum candidato alcance 50% dos votos válidos ou 40% com uma vantagem de pelo menos 10 pontos sobre o segundo colocado, um segundo turno será realizado em 13 de abril de 2025.

No Equador, o voto é obrigatório para cidadãos entre 18 e 65 anos e facultativo para jovens de 16 a 18 anos e pessoas com mais de 65 anos. O descumprimento do dever de votar acarreta uma multa equivalente a 10% de um salário básico unificado, enquanto a ausência como mesários – membros de mesas receptoras de votos (MRV) – resulta em multa de 15% desse valor.

3.2. Bolívia: Um cenário de instabilidade latente

Outro país da região que enfrenta graves desafios é a Bolívia, onde uma crise econômica, decorrente da dependência de commodities, queda nas exportações e redução de reservas internacionais, agravada por inflação, escassez de dólares e déficits fiscais persistentes, tem causado desabastecimentos, como no caso de combustíveis [12]. Paralelamente, disputas internas no partido oficial, o Movimento ao Socialismo (MAS), expõem fragilidades institucionais e políticas [13]. Entre essas fragilidades está a dificuldade em construir consensos na Assembleia Legislativa Plurinacional. A fragmentação interna do MAS, alimentada pelas divergências entre o ex-presidente Evo Morales e o atual presidente Luis Arce, tem agravado ainda mais a instabilidade no país.

Esse cenário foi intensificado pelas eleições judiciais de dezembro de 2024, realizadas de forma parcial após recursos judiciais estabelecerem que algumas candidaturas não cumpriam os requisitos legais de representatividade de gênero e de povos originários [14]. Consequentemente, algumas cadeiras em disputa — cinco das nove no Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) e três das nove no Tribunal

Supremo de Justiça (TSJ) — não puderam prosseguir na eleição. O processo, marcado por controvérsias, revelou as limitações do sistema democrático boliviano.

Na Bolívia, as autoridades judiciais são escolhidas por meio de sufrágio universal após uma pré-seleção conduzida pela Assembleia Legislativa Plurinacional, um modelo único na região. O atraso na realização das eleições, originalmente previstas para o final de 2023, evidenciou a falta de consenso na Assembleia Legislativa sobre a lista de candidatos e a convocação do pleito. Esse impasse destacou as divisões internas no MAS, partido dominante na política boliviana desde 2006, e aprofundou a fragmentação política do país. As disputas entre facções leais a Evo Morales e aquelas alinhadas a Luis Arce atingiram seu ápice em 2024, enfraquecendo a unidade partidária e ampliando a instabilidade política.

A situação de Evo Morales permanece central nesse cenário. Inabilitado pelo Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) para disputar as eleições de 2025, sob o argumento de que já havia exercido três mandatos consecutivos [15], Morales também enfrenta um pedido de prisão [16]. O Ministério Público da Bolívia solicitou seis meses de prisão preventiva, alegando suposto abuso de uma menor durante seu período como chefe de Estado (2006-2019). Essa medida provocou protestos e mobilizações de seus apoiadores, aprofundando a polarização social e política. Adicionalmente, o episódio de 26 de junho de 2024, quando uma tentativa de golpe de Estado liderada pelo então comandante-geral do Exército, Juan José Zúñiga, foi frustrada, evidenciou a fragilidade institucional do país [17]. Zúñiga havia ameaçado publicamente prender Morales caso ele se candidatasse, exacerbando as divisões no MAS e as tensões entre os poderes. A ação foi contida, e Zúñiga acabou preso, mas o incidente deixou a Bolívia em estado de alerta institucional.

A crise no MAS, combinada com a insatisfação popular gerada pela crise econômica, abriu espaço para uma reorganização da oposição. Em dezembro de 2024, lideranças opositoras intensificaram articulações para formar uma frente ampla visando às eleições gerais de 2025 [18]. Entre os principais nomes estão os ex-presidentes Jorge Quiroga e Carlos Mesa, o empresário Samuel Doria Medina e o governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, atualmente em detenção preventiva devido à sua suposta participação nos eventos de 2019 que culminaram na renúncia de Evo Morales. Apesar das tentativas de unificação, o desafio de superar a histórica fragmentação da oposição permanece, dificultando a formação de um bloco competitivo contra o MAS.

A tentativa de unificação da oposição, liderada por Carlos Mesa, inclui diálogos com Quiroga, Doria Medina e Camacho para criar uma coalizão que se consolide como uma alternativa viável diante da crise de governabilidade do MAS [19]. Entretanto, alinhar estratégias e agendas de lideranças com trajetórias políticas diversas continua sendo um desafio significativo, especialmente com o surgimento de outras candidaturas independentes.

O cenário eleitoral torna-se ainda mais complexo com o anúncio de novas candidaturas que ampliam o espectro político da oposição. Vicente Cuéllar, atual reitor da Universidade Autónoma Gabriel René Moreno (UAGRM), é fundador do partido Cambio 25 e recentemente formou uma aliança com Juan Del Granado, ex-prefeito de La Paz e líder do Movimento Sem Medo (MSM). Jaime Solíz, representando o Partido Democrata Cristão (PDC), também confirmou sua participação no pleito.

Entre os nomes de maior visibilidade está Manfred Reyes Villa, atual prefeito de Cochabamba, que concorrerá pelo Partido APB Súmate, fundado recentemente, enquanto Branko Marinković, empresário e político de Santa Cruz, se apresenta como candidato em aliança com o partido Acción Democrática Nacionalista (ADN). Outro destaque é o pastor evangélico Chi Hyun Chung, conhecido por sua atuação em setores conservadores e que mantém uma candidatura independente.

Apesar da experiência política das principais figuras da oposição, o padrão fragmentado de estratégias eleitorais na Bolívia persiste. Quiroga, vice-presidente e presidente entre 2001 e 2002, é uma figura recorrente em eleições desde 2005, mas nunca conseguiu mobilizar apoio significativo. Mesa, que presidiu o país em uma fase de transição crítica (2003-2005), emergiu como o principal adversário do MAS nas eleições de 2019 e 2020, mas não conseguiu levar a oposição ao poder. Já Doria Medina, empresário e veterano na política boliviana, participou de várias disputas presidenciais, mas sem sucesso em unificar setores amplos da oposição.

A fragmentação da oposição continua sendo um dos maiores obstáculos para a formação de um bloco competitivo. A multiplicidade de candidaturas reflete a dificuldade crônica da oposição boliviana em consolidar alianças capazes de enfrentar o MAS de maneira eficaz. Mesmo enfraquecido pelas divisões internas, o MAS mantém uma base social robusta, especialmente em áreas rurais e entre movimentos sociais.

Diante desse cenário, a capacidade da oposição de apresentar uma alternativa unificada dependerá de sua habilidade em superar diferenças históricas e regionais, enquanto busca mobilizar eleitores desiludidos com a polarização política.

No debate eleitoral, o lítio, um recurso estratégico, também deve desempenhar um papel central. Enquanto o governo busca atrair investimentos estrangeiros, comunidades indígenas exigem maior controle local e uma distribuição mais justa dos benefícios, ampliando as tensões entre desenvolvimento econômico e demandas sociais [20].

O país ainda não possui uma data definitiva para as eleições gerais, mas o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) indicou que o pleito deve ocorrer em 10 ou 17 de agosto de 2025, condicionado à aprovação, até 15 de janeiro, da Lei de Redistribuição de Escanhos Parlamentares. Caso os dados do censo de 2024 não sejam utilizados, Santa Cruz de la Sierra perderá a cadeira que ganhou com esse censo na Assembleia Legislativa Plurinacional, o que tem gerado intensos debates. Nas eleições gerais, os bolivianos

elegerão presidente, vice-presidente, 36 senadores, sendo 19 destes eleitos por maioria absoluta e o restante por um sistema de representação proporcional de lista fechada, além de 130 deputados na Câmara de Deputados, sendo 66 destes eleitos pelo voto da maioria simples e o restante por um sistema de representação proporcional de lista fechada. Também serão escolhidos 9 representantes supraestatais, todos por maioria absoluta. As novas autoridades devem assumir seus cargos em 8 de novembro de 2025.

Na Bolívia, o voto é obrigatório para cidadãos maiores de 18 anos. No entanto, pessoas acima de 70 anos estão isentas dessa obrigatoriedade. Quem não votar e não justificar sua ausência enfrenta uma multa correspondente a 10% do salário mínimo nacional. O certificado de votação é indispensável para realizar atividades como abrir contas bancárias, obter licenças de condução e assumir cargos públicos.

3.3. Chile: A grande oferta eleitoral

As eleições presidenciais e legislativas de novembro de 2025 no Chile ocorrerão sob uma nova Constituição, aprovada após um extenso processo de debates e a rejeição inicial de um primeiro texto em plebiscito. A Câmara de Deputados, composta por 155 parlamentares, será eleita em 28 distritos proporcionais, norma que substituiu o antigo sistema binominal.

Já o Senado, com 50 membros que cumprem mandatos de oito anos, terá renovação apenas em algumas regiões específicas: Arica e Parinacota, Tarapacá, Atacama, Valparaíso, Maule, La Araucanía e Aysén. Esse modelo de renovação parcial a cada quatro anos explica por que nem todas as circunscrições passarão por eleições ao mesmo tempo, sua renovação ocorre de forma escalonada a cada quatro anos, o que significa que apenas parte das cadeiras é colocada em disputa em cada eleição.

Desde a vitória de Gabriel Boric em 2021, o governo enfrentou desafios que incluem a derrota no plebiscito constitucional de 2022 e oscilações de popularidade, mas conta com o apoio de coalizões como Apruebo Dignidad — integrada pelo Partido Comunista e pelo Frente Amplio (transformado em partido político em 2024) — e o Socialismo Democrático, surgido em 2022.

Dentro desses blocos, discute-se a realização de primárias para a escolha de candidatos presidenciais, e surgem nomes como Camila Vallejo, atual ministra da Secretaria-Geral do Governo, conhecida por sua trajetória como líder estudantil e figura destacada do Partido Comunista; Daniel Jadue, prefeito de Recoleta e figura influente no Partido Comunista; e Tomás Vodanovic, prefeito de Maipú e membro do *Frente Amplio*. Também são citados a ex-presidente Michelle Bachelet, respeitada internacionalmente por seu papel como Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos; a ministra do Interior e Segurança Pública, Carolina Tohá, reconhecida pela sua experiência política e filiação ao Partido pela Democracia; e o ex-ministro da Defesa, Francisco Vidal, figura influente do Partido Socialista.

Apesar das discussões em curso, muitos desses nomes ainda não confirmaram oficialmente suas candidaturas. A composição política e os desdobramentos das primárias refletirão o equilíbrio de forças entre essas coalizões e o rumo que o governo e seus aliados buscarão para os próximos anos.

Em paralelo, Vlado Mirosevic, deputado pelo Partido Liberal e ex-presidente da Câmara dos Deputados foi proclamado candidato presidencial, consolidando-se como uma das primeiras definições do campo governista.

No lado opositor, a centro-direita e a direita buscam lideranças após a derrota de José Antonio Kast em 2021. Em *Chile Vamos*, Evelyn Matthei, ex-prefeita de Providencia, tornou-se figura de destaque, especialmente depois do falecimento do ex-presidente Sebastián Piñera em fevereiro de 2024. O Partido Republicano, historicamente vinculado a Kast, teve seu protagonismo abalado após controvérsias na campanha que precedeu o plebiscito constitucional de 2023. Paralelamente, o Partido Social Cristão, criado em 2022, anunciou apoio à pré-candidatura de Rojo Edwards, senador e líder do Partido Republicano, conhecido por suas posições conservadoras e críticas contundentes ao governo Boric e surgem especulações em torno de Johannes Kaiser, deputado do também Partido Republicano, uma figura polêmica por suas declarações controversas, que incluem críticas ao feminismo e a políticas progressistas e Marcela Cubillos, ex-ministra da Educação durante o governo de Sebastián Piñera, refletindo a fragmentação no espectro conservador. Em outro plano, aparecem candidaturas independentes ou de menores legendas, como Franco Parisi, economista e ex-candidato presidencial do Partido de la Gente, o professor Eduardo Artés, do Partido Comunista Ação Proletária, o ex-deputado e cineasta Marco Enríquez-Ominami e o ex-prefeito de La Florida Rodolfo Carter, que avalia disputar tanto o Executivo quanto vagas parlamentares.

O voto é obrigatório para todos os cidadãos a partir dos 18 anos de idade que estejam inscritos no cadastro eleitoral. Essa obrigatoriedade foi restabelecida em 2022, após anos de participação eleitoral voluntária, com o objetivo de aumentar a participação. O não comparecimento às urnas sem uma justificativa válida, como doença ou ausência comprovada do país, pode resultar em multas que variam entre 0,5 e 3 UTM (*Unidad Tributaria Mensual*), o que equivale a aproximadamente 31 a 187 dólares, dependendo do valor da UTM vigente no período.

O país adota primárias voluntárias para presidentes e parlamentares, porém o voto é obrigatório no primeiro turno, marcado para 16 de novembro de 2025, e em um eventual segundo turno, agendado para 14 de dezembro. Quem vencer substituirá Gabriel Boric em março de 2026, o mandato presidencial é de quatro anos, e a reeleição consecutiva é proibida.

3.4. Guiana: Recursos naturais e a questão do Essequibo

Por fim, na América do Sul, a Guiana deverá ser o último país da região a realizar eleições gerais até dezembro de 2025, embora a data exata ainda não tenha sido definida. O país, que opera sob um sistema em que o Presidente, como Chefe de Estado, é eleito por voto popular, atuando como líder de uma lista de partidos nas eleições parlamentares, ou seja, de forma indireta, enfrenta profundas transformações econômicas e tensões políticas. Em 2015, quando ainda figurava entre as nações de menor renda per capita na América do Sul, foram descobertas reservas de petróleo em sua costa, desencadeando uma reviravolta em seu cenário econômico [21].

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (IMF), a produção petrolífera impulsionou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) guianense de forma notável nos últimos anos. Conforme o *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2023 [22], o PIB real da Guiana cresceu cerca de 43,4% em 2020, 20,1% em 2021 e 62,3% em 2022. Embora esses indicadores evidenciem uma aceleração econômica expressiva, amplos segmentos da população continuam excluídos dos benefícios gerados pela exploração de petróleo. Esse quadro agrava as históricas divisões étnicas entre afro-guianenses e indo-guianenses, tornando urgente a adoção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento inclusivo.

Nas próximas eleições, os eleitores guianenses deverão escolher tanto os membros da Assembleia Nacional quanto o Presidente do país. A Assembleia Nacional é composta por 65 membros, eleitos por meio de representação proporcional em lista fechada. Esse sistema combina um círculo eleitoral nacional (responsável por 40 assentos) e 10 círculos eleitorais subnacionais (que totalizam 25 assentos), utilizando a cota de Hare para a alocação das cadeiras. Já a eleição presidencial segue o sistema de votação dupla simultânea, em que cada lista partidária apresenta um candidato à Presidência; o candidato eleito é aquele cuja lista obtiver a pluralidade dos votos.

Nas eleições de 2020, a coalizão “Uma Parceria para a Unidade Nacional” (APNU) e “Aliança para a Mudança” (AFC) foi derrotada pelo Partido Progressista do Povo/Cívico (PPP/C). O processo foi marcado por controvérsias — sobretudo alegações de fraude em favor dos partidos governistas — e levou quatro meses para ser oficialmente validado. Ao final, o PPP/C obteve 33 assentos, enquanto a APNU+AFC reduziu sua bancada de 33 para 31 cadeiras. Os assentos restantes foram conquistados por uma aliança formada pelo Partido da Liberdade e Justiça, Uma Guiana Nova e Unida e o Novo Movimento. Com essa vitória, o candidato do PPP/C, Irfaan Ali, assumiu a Presidência.

Em termos constitucionais, a Guiana permite que o Presidente concorra a um segundo mandato, a Constituição do país limita a dois o número de mandatos presidenciais consecutivos. Como Irfaan Ali cumpre seu primeiro mandato, iniciado em 2020, ele pode, caso seja indicado pelo seu partido, buscar a reeleição em 2025.

Para além dos desafios domésticos, a Guiana enfrenta uma disputa territorial com a Venezuela em torno do Essequibo, região rica em recursos naturais. Nos últimos anos, o governo de Nicolás Maduro intensificou suas reivindicações sobre essa área, exacerbando as tensões bilaterais — sobretudo em razão do avanço da exploração petrolífera. Assim, as eleições de 2025 serão cruciais para definir a postura do governo guianense quanto a esse litígio, especialmente se a extração de hidrocarbonetos na zona disputada progredir em ritmo acelerado.

A Guiana não adota voto obrigatório; o sufrágio é facultativo, sem punições legais para quem se abstém. O direito de voto inicia-se aos 18 anos, sem limite máximo de idade. Logo, não há sanções ou multas aplicadas aos que deixam de comparecer às urnas. A participação eleitoral depende exclusivamente da vontade de cada cidadão.

3.5. Honduras: À espera das primárias

Honduras é o único país da América Central a realizar eleições gerais, com o pleito marcado para 30 de novembro de 2025. Essas eleições também ocorrerão em um contexto político complexo, marcado por uma série de investigações e denúncias de corrupção e narcotráfico, sobretudo ligadas a governos anteriores [23]. A atual presidente, Xiomara Castro — eleita em 2021 — assumiu o cargo sucedendo a administração de Juan Orlando Hernández, que, após deixar a Presidência, foi extraditado e condenado por tráfico de drogas nos Estados Unidos [24]. Essas investigações e sentenças indicam que o problema da corrupção e do narcotráfico continua a impactar o país, embora as denúncias específicas sobre cada caso variem conforme diferentes órgãos de imprensa e instituições judiciais [25].

Nas eleições de 2025, os hondurenos elegerão ocupantes dos principais cargos de representação popular: Presidente e Vice-presidente; 128 deputados ao Congresso Nacional; 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano; além de 298 prefeitos e 2.092 vereadores. Pela segunda vez, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), criado em 2019, será o órgão responsável pela organização do pleito.

Para o Congresso Nacional, Honduras utiliza um sistema de representação proporcional baseado no método D'Hondt. Esse modelo distribui as cadeiras de acordo com o número de votos recebidos por cada partido em cada departamento, assegurando, na prática, uma representação proporcional ao apoio popular de cada legenda.

Entre os pré-candidatos à Presidência, destacam-se Rixi Moncada, atual Secretária de Defesa, pelo governante Partido Liberdade e Refundação (Libre), e Ana García, ex-primeira-dama e esposa de Juan Orlando Hernández, que cumpre pena de 45 anos de prisão por narcotráfico nos Estados Unidos, concorrendo pelo Partido Nacional (a principal força de oposição).

O *Partido Libre* conta com onze movimentos políticos que apresentaram pré-candidaturas às eleições primárias, sendo que dez deles apoiam Rixi Moncada. Fundado

em 2011, dois anos após o golpe de Estado que derrubou o então presidente Manuel Zelaya, o Libre mantém estreita ligação com Zelaya, que hoje é coordenador-geral do partido. Esposo e assessor da presidente Xiomara Castro, Zelaya ainda detém grande influência na sigla.

Já o Partido Nacional participará das primárias e internas com seis movimentos. Entre eles, destaca-se o liderado pelo ex-prefeito da capital, Tegucigalpa, Nasry Asfura, que foi candidato nas eleições de 2021 e tentará, pela segunda vez consecutiva, alcançar a Presidência. O também centenário Partido Liberal terá cinco movimentos disputando as primárias. Entre seus pré-candidatos, surge Salvador Nasralla, que já buscou o poder por meio de outras legendas que fundou, como o Partido Anticorrupção (PAC) e o Partido Salvador de Honduras (PSH), mas sem êxito. Seus principais concorrentes no Partido Liberal são Maribel Espinoza e Jorge Cálix, ambos deputados no Parlamento hondurenho.

As eleições primárias estão marcadas para o dia 9 de março.

No país, o voto é considerado obrigatório a partir dos 18 anos, sem limite máximo de idade. Entretanto, não há sanções efetivas para quem deixa de votar, o que enfraquece a obrigatoriedade na prática. Desse modo, a abstenção não acarreta multas ou restrições, tornando o comparecimento às urnas virtualmente facultativo.

3.6. Argentina: O governo Milei e o referendo da insatisfação

Na Argentina, as eleições legislativas de outubro de 2025 servirão como um referendo ao governo de Javier Milei, que chegou ao poder em 2023 com uma plataforma ultraliberal. Desde então, suas políticas têm sido marcadas por cortes em programas sociais, redução de subsídios, demissões no setor público, congelamento de salários e pensões, além da suspensão de projetos públicos [26].

Embora suas reformas tenham conquistado o apoio de investidores internacionais, sindicatos e movimentos sociais denunciam o aumento da pobreza e da desigualdade, agravados pela inflação descontrolada e pela crise da dívida externa. Apesar dos custos sociais, algumas melhorias macroeconômicas foram registradas. A inflação mensal, que no início de seu mandato era de 25,5%, caiu para 2,7% [27].

As reformas de Milei, no entanto, enfrentam críticas substanciais. Sua abordagem de austeridade extrema é vista como prejudicial aos direitos sociais e econômicos, aprofundando desigualdades e pobreza. Além disso, sua retórica contra a "casta política" contrasta com a necessidade de negociar com o establishment no Congresso para avançar com suas políticas.

As eleições de 2025 também representarão um teste crucial para a oposição, que busca ampliar ou manter sua presença no Congresso.

O processo eleitoral deste ano traz inovações importantes. Pela primeira vez, será implementada a Boleta Única de Papel (BUP), que centraliza todas as opções de candidatos em um único documento oficial, conforme regulamentado pelo Decreto 1049/2024 [28]. Esse instrumento apresenta toda a oferta eleitoral de um distrito em uma única folha – chamada de *Boleta* no país –, permitindo ao eleitor marcar os campos correspondentes ao partido ou coalizão eleitoral de sua preferência em cada categoria de voto.

Atualmente, o sistema eleitoral exige que cada partido ou coalizão se responsabilize pela confecção de suas próprias cédulas, conhecidas como "boletas", que são disponibilizadas aos eleitores no momento da votação. O processo ocorre em um espaço chamado "quarto escuro", geralmente uma sala de aula, onde o eleitor pode optar por escolher uma boleta contendo uma lista completa de candidatos de um partido ou coalizão para todas as categorias. Alternativamente, pode optar por formar seu voto, selecionando candidatos de diferentes partidos ou coalizões para categorias distintas, prática conhecida como "voto cruzado". Embora ofereça maior flexibilidade, esse sistema também pode gerar confusão em cenários de intensa fragmentação política. A introdução da Boleta Única, busca simplificar o procedimento, promovendo maior transparência e acessibilidade.

O prazo final para que os partidos solicitem o reconhecimento de alianças ou confederações junto à Direção Nacional Eleitoral (Dine) é 15 de maio. Essa etapa será crucial para a formação de acordos políticos em cada província, considerando a força predominante de cada partido ou coalizão. Esses arranjos deverão, em grande parte, influenciar a composição das listas nacionais, como as de deputados e senadores.

Em termos de composição legislativa, a Argentina renovará metade da Câmara dos Deputados (127 cadeiras) e um terço do Senado (24 cadeiras). No Senado, cada província elege três representantes: dois pelo partido mais votado e um pelo segundo colocado. As províncias que elegerão seus representantes nesta ocasião são: Chaco, conhecida por sua produção de algodão; Entre Ríos, destaque em cítricos e indústria florestal; Neuquén, importante pelas reservas de petróleo e gás de *Vaca Muerta*; Río Negro, famosa por Bariloche e sua produção de frutas; Salta, notável pelas vinícolas e paisagens andinas; Santiago del Estero, marcada pela agricultura; Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul, a província mais austral do país, estratégica em turismo e pesca; e a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), centro político, econômico e cultural da Argentina.

A Câmara dos Deputados utiliza o sistema proporcional D'Hondt, que distribui cadeiras de acordo com a população de cada província. Por exemplo, a Província de Buenos Aires conta com 70 deputados nacionais, enquanto Tierra del Fuego possui apenas cinco.

As eleições gerais estão previstas para 26 de outubro de 2025 e coincidirão com eleições distritais em 13 províncias: Ciudad e Província de Buenos Aires, Mendoza, San Luis, Corrientes, Misiones, Formosa, Chaco, Santiago del Estero, Jujuy, Salta, Catamarca e La Rioja. Nos casos de Corrientes e Santiago del Estero, os eleitores também escolherão governadores. Em Santiago del Estero, todas as cadeiras legislativas serão renovadas, enquanto, nas demais províncias, apenas metade dos assentos estará em disputa, ressaltando a descentralização do processo eleitoral argentino.

No país, o voto é obrigatório para todos os cidadãos com idades entre 18 e 70 anos, sendo facultativo para aqueles com 16 e 17 anos ou maiores de 70 anos. O não comparecimento às urnas sem justificativa válida, como doença ou ausência comprovada do território nacional, está sujeito a multas estabelecidas entre 50 e 500 pesos argentinos, dependendo do contexto e da reincidência.

3.7. México: O desafio institucional das eleições judiciais

No México, as eleições judiciais programadas para 2 de junho representam um marco histórico, pois abrangerão a renovação do sistema judicial em nível nacional, incluindo todos os tribunais estaduais e federais.

Será a primeira vez na história do México que cargos de Ministros da Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN), magistraturas das Salas Superior e Regionais do Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação (TEPJF), membros do Tribunal de Disciplina Judicial, magistrados de Circuito e juízes de Distrito serão escolhidos por meio de eleições diretas. As eleições contemplam mais de 1.600 cargos, distribuídos entre todos os cargos de Ministros da Suprema Corte de Justiça da Nação, reduzidos de 11 para 9; magistraturas vacantes da Sala Superior do TEPJF; todas as Magistraturas das Salas Regionais do TEPJF; integrantes do Tribunal de Disciplina Judicial; metade dos cargos de magistradas e magistrados de Circuito; e metade dos juízes de Distrito. A outra metade dos magistrados e juízes será eleita somente em 2027.

As eleições serão organizadas pelo Instituto Nacional Eleitoral (INE) e pelos Organismos Públicos Locais Eleitorais (OPLE), que divulgarão os perfis dos candidatos, uma vez que, em teoria, não haverá campanhas políticas.

O INE precisou ajustar o orçamento previsto para as Eleições Judiciais, já que o valor solicitado no orçamento de despesas de 2025 foi parcialmente negado. A Comissão Temporária de Orçamento aprovou um montante de 6.329,36 milhões de pesos, aproximadamente metade dos 13.205,14 milhões originalmente solicitados. A justificativa do governo federal foi de que o valor solicitado era desproporcional, considerando que para as eleições presidenciais foram destinados 10 mil milhões de pesos. Por conta do corte orçamentário, serão instaladas 73.800 urnas, menos da metade do planejado inicialmente [29]. Isso obrigará os eleitores a percorrer distâncias maiores

para votar. Além disso, todas as cédulas serão depositadas em uma única urna, diferente do habitual, em que cada cargo tem sua própria urna.

Ao todo, serão distribuídas seis cédulas de votação, em dois tamanhos diferentes, com cores distintas (azul, rosa, verde, amarela, laranja e roxa) para facilitar a identificação das candidaturas. Os nomes dos candidatos estarão organizados alfabeticamente e separados por gênero: mulheres à esquerda e homens à direita. As cédulas também indicarão se os candidatos foram propostos pelo Poder Executivo, Legislativo ou Judicial.

Os candidatos serão identificados por números, e o eleitor precisará apenas marcar no espaço correspondente o número da pessoa escolhida. Para magistrados de circuito e juízes de distrito, as cédulas serão do tamanho carta ou meia carta, dependendo do número de candidaturas. Caso haja mais de 64 candidatos para uma das categorias, o tamanho será ajustado para carta. Se houver menos ou até 64 candidatos de um sexo, o tamanho será meia carta. Quando as candidaturas de um dos gêneros ultrapassarem 32 nomes, a cédula será ampliada para o tamanho carta.

O voto é obrigatório no país, mas a aplicação dessa obrigatoriedade é flexível, uma vez que não há sanções ou multas previstas para aqueles que não comparecem às urnas. A idade mínima para votar é de 18 anos, e o direito ao voto não tem limite superior de idade, ou seja, ele é mantido independentemente da idade do cidadão.

3.8. Uruguai: Uma ilha de estabilidade

Mais ao sul, quem voltará às urnas em 2025, pouco tempo após eleger presidente, vice-presidente e renovar seu Congresso Nacional (Senado e Câmara de Representantes), é o Uruguai. As eleições departamentais e municipais de 2025 estão marcadas para o domingo, 11 de maio, e ocorrerão simultaneamente nos 19 departamentos do país e nos 127 municípios.

Em cada departamento será eleito um intendente (a principal autoridade do executivo departamental) e 31 edís (legisladores departamentais, equivalentes a vereadores). Nos municípios, os eleitores escolherão um alcalde (prefeito) e 4 conselheiros. Assim, em todo o país, serão eleitos 19 intendentes, 589 edís, 127 alcaldes e 508 conselheiros. Os mandatos serão de cinco anos.

Poderão votar todas as pessoas inscritas no Registro Cívico Nacional que estejam habilitadas e tenham completado 18 anos até a data da eleição. O prazo para solicitar a credencial cívica expirou em 15 de abril de 2024. O voto é obrigatório, e a ausência sem justificativa pode acarretar multa.

As eleições presidenciais de 2024 transcorreram de forma extremamente tranquila, reafirmando a estabilidade democrática do Uruguai. Diferente de outros países da região, o Uruguai se destaca por partidos políticos com raízes históricas e estruturas organizadas, que asseguram continuidade e equilíbrio ao sistema político.

3.9. Haiti: Urnas sob cerco em uma nação sem paz

Talvez a eleição mais importante e, ao mesmo tempo, a que desperte menos interesse na região seja a que deverá ocorrer no Haiti. A situação na nação caribenha, marcada por conflitos entre gangues e grupos criminosos, agravou-se no último ano, mesmo após a instauração de um governo de transição que substituiu o impopular primeiro-ministro Ariel Henry [30]. Os esforços para reconstruir a segurança precisam ser intensificados, enquanto se desenvolve uma missão de segurança liderada por aproximadamente 400 policiais do Quênia, além de efetivos da Jamaica e de Belize, enviados ao país. Apesar do embargo internacional, armas e munições continuam entrando no país por meio de contrabando, permitindo que gangues realizem ataques em larga escala e ampliem seu controle sobre novos territórios [31].

Enquanto isso, pelo menos 700 mil pessoas ficaram desabrigadas nos últimos anos devido à persistência da violência em Porto Príncipe e em outras regiões [32]. Mais da metade dessas pessoas são crianças. Gangues poderosas, muitas delas armadas com armas traficadas dos Estados Unidos, tomaram grande parte da capital e expandiram sua atuação para áreas vizinhas, provocando deslocamentos em massa, escassez de alimentos e medicamentos, risco de fome e a disseminação da violência sexual [33].

O ponto de ruptura da crise humanitária foi o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 7 de julho de 2021 [34]. Após o magnicídio, o governo liderado por Ariel Henry solicitou, em 2022, uma missão de segurança internacional para apoiar a polícia. Segundo dados das Nações Unidas, entre abril e o final de junho de 2024, pelo menos 1.379 pessoas morreram ou ficaram feridas no Haiti, enquanto outras 428 foram sequestradas [35].

O governo de transição do Haiti deu um passo concreto para a retomada do processo eleitoral ao criar um conselho eleitoral provisório, algo que não era visto há anos devido à agitação política e à violência que frustraram tentativas anteriores de realizar eleições [36]. Em circunstâncias normais, as eleições presidenciais no Haiti ocorreriam a cada cinco anos, mas a crise política foi agravada pelo vácuo de poder após o assassinato de Moïse. Prometeu o primeiro-ministro de transição, Garry Conille [37]:

Não tenho dúvidas de que, juntos, seremos capazes de restabelecer a segurança. Ajudaremos os deslocados a retornar para suas casas, reativaremos nossa economia, faremos as mudanças necessárias na Constituição e, finalmente, realizaremos eleições no próximo ano, para que tenhamos um novo governo em 7 de fevereiro de 2026.

Ele acrescentou que as eleições de novembro de 2025 e a posse de um governo eleito em 2026 serão passos cruciais para a construção de uma nação mais forte e resiliente [38].

O conselho criado já conta com representantes ocupando sete cadeiras, que representam grupos religiosos, jornalistas, agricultores e sindicatos. Outras duas cadeiras, destinadas a organizações de direitos humanos e direitos das mulheres, ainda aguardam a indicação de delegados. A principal tarefa do conselho será estabelecer o marco legal necessário para realizar as eleições e, em seguida, organizá-las [39].

Nos primeiros dias de janeiro de 2025, o governo haitiano anunciou que suas principais prioridades para o ano incluem o restabelecimento da segurança nacional, a organização de um referendo constitucional e a realização de eleições gerais, em conformidade com o Acordo Político para uma Transição Pacífica e Ordenada, firmado em abril do ano anterior [40]. Contudo, a realização de eleições em 2025 continua sendo um desafio extremamente difícil, dado o contexto de violência e instabilidade no país.

3.10. Outros países e seus processos eleitorais

Além destes países, outros também realizarão eleições na região em 2025. O **Suriname**, por exemplo, realizará eleições gerais em 25 de maio. Nesse processo, serão escolhidos os membros da Assembleia Nacional, que, por sua vez, elegerão o presidente e o vice-presidente do país. Operando sob um sistema parlamentarista, o Suriname terá como temas centrais do debate eleitoral a gestão de seus recursos naturais, especialmente as recém-descobertas reservas de petróleo, e a estabilidade econômica, em meio a desafios como a inflação e o endividamento [41].

Na **Jamaica**, estão previstas eleições gerais, que deverão ocorrer até setembro, nas quais serão escolhidos os membros da Câmara dos Representantes. O país adota um modelo parlamentarista, em que o partido com maioria parlamentar indica o primeiro-ministro. Os debates eleitorais devem se concentrar em temas como segurança pública, com foco na redução da violência, e desenvolvimento econômico, especialmente diante de desigualdades persistentes [42].

O **Belize** também realizará eleições gerais, previstas para ocorrer até novembro, com a renovação dos membros de sua Câmara dos Representantes. Seguindo o modelo parlamentarista, o líder do partido vencedor assumirá o cargo de primeiro-ministro. Entre os principais temas de campanha estão a economia, o combate à criminalidade e as relações internacionais, com destaque para as tensões históricas com a Guatemala [43].

Trindade e Tobago está entre os países que escolherão novos membros para sua Câmara dos Representantes, embora a data das eleições ainda não tenha sido definida. Sob um sistema parlamentarista, o líder do partido com o maior número de cadeiras no parlamento se tornará o primeiro-ministro. A economia, fortemente dependente do setor de energia, e questões de segurança interna, como o aumento da criminalidade, devem dominar os debates eleitorais [44].

Por fim, a **Venezuela** — atualmente suspensa de todos os direitos e obrigações decorrentes de seu status de Estado Parte do MERCOSUL, conforme o disposto no

segundo parágrafo do artigo 5.º do Protocolo de Ushuaia — anunciou a realização de eleições legislativas e regionais [45]. Embora as datas ainda não tenham sido definidas, o pleito ocorrerá em um cenário marcado por uma grave crise econômica e social, agravada por questões relacionadas à legitimidade do último processo eleitoral e à baixa participação política, característica dos últimos pleitos. Um novo elemento que despertará ainda mais atenção é a afirmação de Maduro de que, pela primeira vez, será eleito o governador do estado do Essequibo, território atualmente da Guiana e que é considerado pela Venezuela como parte de seu território, ampliando as tensões com o país vizinho. A realização dessas eleições continuará a ser objeto de atenção da comunidade internacional, considerando seus potenciais repercussões para a estabilidade política e institucional da região.

O PARLASUL e os processos eleitorais de 2025

Os sistemas eleitorais na América Latina são tão diversos quanto os contextos históricos, culturais e sociais que moldaram cada país. Não há dois sistemas exatamente iguais: alguns países adotam regimes presidencialistas, outros preferem sistemas parlamentaristas ou híbridos, enquanto as formas de renovação legislativa e escolha dos representantes variam amplamente.

Essa pluralidade também se reflete na maneira como os processos eleitorais são conduzidos. Há países que renovam todo o congresso nacional em um único pleito, outros que realizam apenas renovação parcial, e, em certos casos, os novos congressos têm a responsabilidade de eleger, de forma indireta, o presidente. Adicionalmente, algumas nações distinguem claramente os papéis entre chefes de Estado e de governo, enquanto, na maioria dos casos, o presidente acumula ambas as funções.

No que se refere às eleições primárias, algumas são obrigatórias, enquanto outras são facultativas ou sequer integram o sistema político. Essa diversidade destaca a complexidade dos processos democráticos na região, evidenciando que não existe um modelo único a ser replicado, mas sim diferentes abordagens que refletem as particularidades de cada sociedade.

Por isso, a cooperação internacional e a observação eleitoral desempenham um papel crucial. Elas garantem não apenas a integridade e a transparência dos processos eleitorais, mas também permitem análises comparativas e estudos que ajudam a compreender o estado da democracia na região.

É essencial ressaltar que as eleições vão além do dia da votação. Elas constituem um processo contínuo que se inicia muito antes do pleito oficial. Nesse contexto, o Parlamento do MERCOSUL, por meio de seu Observatório da Democracia (ODPM), monitora de forma cuidadosa os calendários eleitorais dos países membros do bloco e também de nações que mantêm relações estreitas com o MERCOSUL.

Essa atuação é realizada em parceria com organizações eleitorais, entidades internacionais e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover e fortalecer os princípios democráticos na região.

Diante dessa realidade, o PARLASUL reafirma seu compromisso com o fortalecimento da democracia e seguirá atento aos processos eleitorais que moldam os rumos políticos da América Latina. Sempre disposto a contribuir, seu Observatório continuará a desempenhar um papel ativo na observação, análise e suporte às instituições democráticas, consolidando-se como um aliado indispensável na promoção de valores democráticos.

Referências

[2] V-DEM. Relatório da Democracia 2024: A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/51/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres_v2.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

[3] FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflict. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2024-02/FIW_2024_DigitalBooklet.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

[4] LATINOBARÓMETRO. Informe Latinobarómetro 2024: La Democracia Resiliente. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 14 jan. 2025.

[5] CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 2024*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/81104-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2024>. Acesso em: 14 jan. 2025.

[6] CENTRO UC ESTUDIOS INTERNACIONALES (CEIUC). *Riesgo Político América Latina 2025*. Disponível em: <https://centroestudiosinternacionales.uc.cl/noticias/6867-publicacion-riesgo-politico-america-latina-2025>. Acesso em: 14 jan. 2025.

[7] HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório Mundial 2024: Capítulo Equador*. Disponível em: <https://www.hrw.org/es/world-report/2024/country-chapters/ecuador>. Acesso em: 10 jan. 2025.

[8] A decisão baseou-se nos resultados do Censo de População e Habitação de 2022, que registrou um crescimento populacional no país, elevando a população para aproximadamente 17,7 milhões de habitantes.

[9] EL UNIVERSO. *El 83 % de la violencia de Ecuador se concentra en Manabí, Guayas, Los Ríos y El Oro*. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/el-83-de-la-violencia-se-concentra-en-guayaquil-y-las-provincias-de-manabi-guayas-los-rios-y-el-oro-nota/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[10] EL PAÍS. *Ecuador apaga durante 10 horas la industria del país ante la brutal crisis energética*. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-10-08/ecuador-apaga-durante-10-horas-la-industria-del-pais-ante-la-brutal-crisis-energetica.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

- [11] O GLOBO. *México rompe relações com Equador após invasão de embaixada*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/06/mexico-rompe-relacoes-com-equador-apos-invasao-de-embaixada.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [12] REUTERS. *As Bolivia's big state economic model slowly implodes, fear of 'total crisis'*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/bolivias-big-state-economic-model-slowly-implodes-fear-total-crisis-2024-12-16/>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [13] EL PAÍS. *La fractura entre Luis Arce y Evo Morales ensombrece el futuro de Bolivia*. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-07-01/la-fractura-entre-luis-arce-y-evo-morales-ensombrece-el-futuro-de-bolivia.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [14] BOLIVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. *Sentencia Constitucional 0770/2024*. Disponível em: [https://buscador.tcpbolivia.bo/servicios/\(S\(qvnqljlnplawug1bpfiffo05\)\)/WfrMostrarResolucion.aspx?b=206840](https://buscador.tcpbolivia.bo/servicios/(S(qvnqljlnplawug1bpfiffo05))/WfrMostrarResolucion.aspx?b=206840). Acesso em: 15 jan. 2025.
- [15] EL PAÍS. *El Constitucional de Bolivia ratifica que Evo Morales ya no puede ser candidato presidencial*. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-11-09/el-constitucional-de-bolivia-ratifica-que-evo-morales-ya-no-puede-ser-candidato-presidencial.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [16] AP NEWS. *Bolivian prosecutors seek the arrest of former President Morales in sexual abuse case*. Disponível em: <https://apnews.com/article/bolivia-evo-morales-arrest-order-5f0931c989431172642a1559dffbc01a>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [17] FINANCIAL TIMES. *Bolivian general arrested after apparent coup attempt*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5ed0088b-7252-4687-b9dd-515360d96e63?>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [18] NOTICIAS FIDES. *Tuto, Mesa, Samuel y Camacho firman acuerdo para unificar la oposición para las elecciones del 2025*. Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/nacional/politica/tuto-mesa-samuel-y-camacho-firman-acuerdo-para-unificar-la-oposicion-para-las-elecciones-del-2025?>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [19] OPINIÓN. *Oposición se une para vencer al MAS en 2025; proyectan candidatura única*. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/oposicion-une-vencer-mas-2025-proyectan-candidatura-unica/20241219000033963121.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [20] EL DEBER. *2025 llega con reto electoral, tensiones y exigencias para cambiar modelo económico*. Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/2025-llega-con-reto-electoral-tensiones-y-exigencias-para-cambiar-modelo-economico_215782/. Acesso em: 15 jan. 2025.
- [21] BLOOMBERG. *Descoberta de petróleo da Exxon na Guiana pode ser 12 vezes maior que a economia do país*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/07/22/descoberta-de>

[petroleo-da-exxon-na-guiana-pode-ser-12-vezes-maior-que-a-economia-do-pais.htm](#). Acesso em: 15 jan. 2025.

[22] FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: A Rocky Recovery* – abril de 2023. Washington, D.C.: FMI, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>. Acesso em: 10 jan. 2025.

[23] TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Relatórios sobre a percepção de corrupção em Honduras*. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/honduras>. Acesso em: 10 jan. 2025.

[24] UNITED STATES. Department of Justice (US DOJ). *Pronunciamentos oficiais sobre o caso de Juan Orlando Hernández*. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/pr>. Acesso em: 10 jan. 2025.

[25] BBC NEWS. *Ex-presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, comparece a corte em Nueva York y se declara inocente*. 3 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61294616>. Acesso em: 10 jan. 2025.

[26] EL PAÍS. *Milei, una motosierra que desguaza el Estado*. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2024-10-13/milei-una-motosierra-que-desguaza-el-estado.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[27] EL PAÍS. *Argentina cierra 2024 con una inflación anual del 118% tras reducirla un 44,5% en un año*. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2025-01-14/argentina-cierra-2024-con-una-inflacion-anual-del-118-tras-reducirla-un-80.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[28] ARGENTINA. Decreto n.º 1049, de 26 de novembro de 2024. Regulamenta a implementação da Boleta Única de Papel nas eleições nacionais. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, n.º 317355 de 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gov.ar/detalleAviso/primera/317355/20241126>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[29] EL PAÍS. *El INE prepara una austera elección judicial tras el recorte presupuestario*. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2024-12-19/el-ine-prepara-una-austera-eleccion-judicial-tras-el-recorte-presupuestario.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[30] EL PAÍS. *El colapso total aleja el escenario electoral en Haití*. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-01-13/el-colapso-total-aleja-el-escenario-electoral-en-haiti>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[31] AP NEWS. *Haiti gangs thrive despite sanctions and arms embargo as UN seeks security mission*. Disponível em: <https://apnews.com/article/haiti-gangs-sanctions-arms-embargo-un-a68d75f117e803372189a44e9f8eec37>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[32] O GLOBO. *Total de deslocados pela violência de gangues no Haiti chega a 700 mil*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/10/02/total-de-deslocados-pela-violencia-de-gangues-no-haiti-chega-a-700-mil.ghml?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[33] CORREIO BRAZILIENSE. *A fome e a violência nos territórios dominados por gangues no Haiti*. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2024/12/7020468-a-fome-e-a-violencia-nos-territorios-dominados-por-gangues-no-haiti.html?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[34] G1. *Presidente do Haiti é morto em ataque, anuncia primeiro-ministro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/07/presidente-do-haiti-e-morto-em-ataque-anuncia-primeiro-ministro.ghml?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[35] AP NEWS. *UN envoy says human rights violations in Haiti are 'shocking in scale' as killings and rapes continue*. Disponível em: <https://apnews.com/article/haiti-un-human-rights-william-oneill-gangs-75f75329189228e52be03a69d0406b32>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[36] HAITIAN TIMES. *Haiti announces a new Provisional Electoral Council*. Disponível em: <https://haitiantimes.com/2024/09/20/haiti-announces-a-new-provisional-electoral-council/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[37] EL COMERCIO. *Haití: el primer ministro Garry Conille promete organizar elecciones en noviembre de 2025*. Disponível em: <https://elcomercio.pe/mundo/centroamerica/haiti-el-primer-ministro-garry-conille-promete-organizar-elecciones-en-noviembre-de-2025-consejo-electoral-provisional-schnaida-adely-patrick-saint-hilaire-peterson-pierre-louis-marie-florence-mathieu-ultimas-noticia/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[38] EFE. *Elecciones en Haití serán en 2025, según Consejo Presidencial*. Disponível em: <https://efe.com/mundo/2024-12-14/elecciones-haiti-2025-consejo-presidencial/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[39] REUTERS. *Haiti creates council to hold first elections since 2016*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/haiti-creates-council-hold-first-elections-since-2016-2024-09-18/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[40] EL NACIONAL. *¿Cuáles son las prioridades del gobierno haitiano para este 2025?*. Disponível em: <https://elnacional.com.do/cuales-son-las-prioridades-del-gobierno-haitiano-para-este-2025/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[41] REUTERS. *Suriname to hold off on new IMF program until next year's election*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/suriname-hold-off-new-imf-program-until-next-years-election-2024-10-29/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[42] JAMAICA OBSERVER. *Two great imperatives, Jamaica 2025*. Disponível em: <https://www.jamaicaobserver.com/2025/01/08/two-great-imperatives-jamaica-2025/?>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[43] SHUN CULTURE. *When is the next election in Belize*. Disponível em: <https://shunculture.com/article/when-is-the-next-election-in-belize>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[44] FINANCIAL TIMES. Políticos centro-americanos debatem novas estratégias de segurança e governança. Disponível em: <https://www.ft.com/content/70442416-d1ff-4acc-afa3-46be57f33c3d>. Acesso em: 15 jan. 2025.

[45] CARTA CAPITAL. *Venezuela prevê 9 eleições neste ano em meio a acusações contra Maduro*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/venezuela-preve-9-eleicoes-neste-ano-em-meio-a-acusacoes-contra-maduro/>. Acesso em: 15 jan. 2025.